



Os impactos da Lei Nº 13.979/2020 na transparência da Administração Pública Brasileira

João Paulo Machado Piratelli

Escola Superior do Ministério Público da União (Brasília, Distrito Federal, Brasil)

 0000-0003-3950-7733

 10.5281/zenodo.5136698

Palavras-chave

Pandemia, Transparência, Licitação, Corrupção, Contratações públicas

Resumo

Inicialmente, são demonstradas as mudanças trazidas pelo regime emergencial de contratação pública instituído em razão da pandemia. Também, são analisadas as principais inovações, exceções e requisitos trazidos pela Lei no 13.979/2020, a qual regulamenta as contratações diretas durante esse período de emergência em saúde. Após, são destacados os esforços da Administração Pública e da sociedade civil organizada para garantir a transparência das contratações emergenciais. São feitos comentários sobre ferramentas tecnológicas e sobre a propagação da cultura de transparência, bem como são destacados os esforços voltados para o combate aos desvios de recursos públicos. Em seguida, com base em notícias publicadas pela imprensa oficial, são apresentados alguns ilícitos cometidos no âmbito das contratações públicas emergenciais. Concomitantemente a isso, são apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de investigação e de controle, bem como os números relacionados a essas atuações estatais. Nesse ponto, é destacada a importância da atuação conjunta e estratégica no combate a ilícitos e na implementação de medidas anticorrupção efetivas. Por fim, com foco na transparência e em práticas anticorrupção, são apresentadas perspectivas sobre como poderão ser as contratações públicas após a pandemia. Destaca-se a importância da criação de um banco de dados sólidos e fidedignos a fim de que essas informações possam ser trabalhadas de modo ágil e eficiente, inclusive, com o uso de tecnologia de ponta, como a inteligência artificial. O procedimento metodológico adotado consistiu na leitura e revisão de artigos científicos, de notícias publicadas na imprensa oficial, de sítios eletrônicos oficiais e de dados públicos oficiais fornecidos pela Administração Pública. Ao fim, chegou-se às conclusões de que a pandemia potencializou a transparência nas contratações públicas e que o avanço tecnológico no tratamento dos dados públicos tornará as medidas anticorrupção mais eficientes no futuro, assim como a atuação estratégica e integrada dos órgãos de investigação e de controle.



Referências

BRASIL. Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. [S. l.], 6 fev. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Ministério da Economia. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. In: Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 06 jul. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. In: Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CARVALHO, Mariana Oliveira de. Princípio da transparência no novo direito administrativo. Revista Controle - RTCE, ano 16, n. 13.1, p. 108-124, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/161/21061/37980>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Painel contratações relacionadas à COVID-19. Brasília, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTE0Nzc4NDctMTI0OC00OWVjLThjMmQtM2U3MTFkY2U2MTU2liwiY2NzhkOWZILTA5MjEtNDE3ZC04NDE3LTVmMWMxOGRIZmJiYjY2>. Acesso em: 27 jun. 2021.

DESORDI, D.; BONA, C. D. A inteligência artificial e a eficiência na administração pública. Revista de Direito, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 01-22, 2020. DOI: 10.32361/202012029112. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9112>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ESTRATÉGIA integrada do Governo Federal resulta em 70 operações policiais contra fraudes no Auxílio Emergencial: Nesta quinta-feira (29.04), uma nova ação da Polícia Federal em sete estados resultou no cumprimento de 37 Mandados de Busca e Apreensão, cinco de Prisão Temporária e três de Sequestro de Bens. In: Governo do Brasil: Ministério da Cidadania. [S. l.], 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/estrategia-integrada-do-governo-federal-resulta-em-70-operacoes-policiais-contrafraudes-no-auxilio-emergencial>. Acesso em: 2 jul. 2021.



II ENCONTRO INTERNACIONAL DEMOCRACIA NA PÓS-PANDEMIA

RIBEIRO PINTO, J. I.; FERREIRA PINTO, R. N. Regimes jurídicos excepcionais nas contratações públicas e compliance em tempos de pandemia. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 19, n. 1, p. 296-333, 14 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i1.641>. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SOLON MARQUINHO NOBRE, E. .; COELHO AGUIAR, S. Lei no 13.979/2020 e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 18, n. 2, p. 77-108, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.631>. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TCU e Transparência Internacional lançam guia de recomendações para contratações emergenciais em razão da Covid-19. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-e-transparencia-internacional-lancam-guia-de-recomendacoes-para-contratacoes-emergenciais-em-razao-da-covid-19.htm> Acesso em: 27 jun. 2021.

Como Citar:

PIRATELLI, João Paulo Machado. Os impactos da Lei Nº 13.979/2020 na transparência da Administração Pública Brasileira: The impacts of Law No. 13,979/2020 on the transparency of the Brazilian Public Administration. Democracia na Pós-Pandemia, SANTANO, Ana C.; DOTTA, Alexandre. G.; OLIVEIRA, Vinicius Q. (Orgs.). Curitiba: Transparência Eleitoral Brasil / Editora GRD, ISBN: 978-65-995278-0-7, p. 69-72, 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/teleitoral/article/view/205>. Acesso em: 17 ago. 2021.

zenodo

